

# **MULHERES DO PT COM LULA NA DEFESA DA DEMOCRACIA, DO FEMINISMO E DAS MULHERES BRASILEIRAS**

## **1. APRESENTAÇÃO**

Esta tese é fruto da síntese política construída a partir do diálogo e da convergência entre diferentes forças, correntes e coletivos de mulheres do Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores. Expressa a diversidade das mulheres que constroem o PT cotidianamente: mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, negras, indígenas, quilombolas, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, das águas, extrativistas, pescadoras artesanais, periféricas, jovens, idosas, lésbicas, bissexuais, mulheres trans, mães, mulheres com deficiência, militantes sindicais, comunitárias. Essa diversidade não é identidade, mas força política organizada de quem representa a diversidade e as lutas das mulheres brasileiras.

Partimos de um compromisso comum com o feminismo socialista, antirracista, popular e interseccional que reconhece que não há democracia real sem igualdade substantiva, nem projeto de país capaz de garantir dignidade sem enfrentar conjuntamente as desigualdades que estruturam a sociedade brasileira, o patriarcado, o racismo e o neoliberalismo. Nossa elaboração e ação política estão enraizadas na defesa da vida plena das mulheres e na construção do bem viver, entendido como um projeto coletivo que coloca a igualdade e a valorização das nossas diferenças como elementos estruturantes, a justiça social, a soberania, os direitos no centro da organização da sociedade.

A Secretaria Nacional de Mulheres do PT é o principal espaço de organização política de todas as mulheres petistas e de construção e representação de nosso programa feminista para o PT e para a sociedade brasileira. É, ainda, a instância responsável pela articulação política de nossas candidaturas e intervenção eleitoral. Ao apresentar esta tese, afirmamos a unidade na diversidade como valor político e estratégico. Reafirmamos o papel das mulheres do PT como sujeitas centrais da construção do nosso projeto de sociedade nestes 46 anos, na reconstrução democrática e da disputa de futuro no Brasil, assumindo a responsabilidade política de quem governa e, ao mesmo tempo, a tarefa histórica de consolidar, aprofundar e fazer avançar o projeto socialista democrático-popular a partir do feminismo.

## **2. CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL: A CRISE E SEUS IMPACTOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES**

O cenário internacional, com os avanços da extrema-direita e do fascismo no mundo e no Brasil tem as mulheres como um de seus principais alvos. Em diferentes contextos nacionais e internacionais, as mulheres sofrem de forma desproporcional os efeitos da combinação entre neoliberalismo, conservadorismo, reacionarismo, racismo e autoritarismo político. Ao mesmo tempo, são as mulheres que ocupam lugar central na resistência democrática, na defesa dos direitos humanos, da democracia, da vida com dignidade, na defesa do planeta, dos bens comuns e na reconstrução de projetos de igualdade e justiça social.

Em um contexto mundial de crise do capitalismo e retrocesso de direitos, as mulheres brasileiras resistem diariamente contra ataques a suas vidas, corpos e territórios. A extrema direita no país, aliada a um projeto global, tem como uma de suas principais pautas o retrocesso nos direitos conquistados pelas lutas de mulheres e feministas e contra os avanços protagonizados pelos Governos de Lula e Dilma. Enquanto o capitalismo busca o lucro a partir da nossa subordinação e exploração cotidianas, respondemos criando alternativas que colocam a defesa plena da vida como centro do processo de nossa organização social.

No cenário internacional, a ascensão da extrema direita e o fortalecimento de projetos autoritários têm se apoiado em uma ofensiva sistemática fundada na disputa ideológica e de valores contra os direitos e as conquistas históricas das mulheres. A disputa ideológica contra os direitos das mulheres, contra o exercício de sua autonomia nos campos individual e coletivo, o ataque aos direitos sexuais e reprodutivos, a negação da igualdade e a reafirmação de papéis tradicionais de gênero tornaram-se elementos centrais desses projetos. Essa ofensiva articula autoritarismo político e conservadorismo. O resultado são retrocessos democráticos, o aprofundamento das desigualdades e a escalada da misoginia e das violências.

Essa dinâmica internacional não pode ser compreendida de forma dissociada do neoliberalismo enquanto racionalidade política que organiza o mundo contemporâneo. Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo atua como um projeto político e cultural que redefine o papel do Estado, fragiliza políticas públicas e subordina direitos à lógica do mercado. Ao reduzir a proteção social e transferir responsabilidades coletivas para indivíduos e famílias, essa

racionalidade incide diretamente sobre a vida das mulheres, aprofundando desigualdades de gênero, raça e classe em escala global.

Em contextos de crise econômica, austeridade e retração do Estado, são as mulheres que absorvem de forma desproporcional os impactos da precarização da vida, das suas, de suas famílias e comunidades. A intensificação da divisão sexual do trabalho, a sobrecarga com o trabalho doméstico e de cuidados e a precarização das condições de trabalho evidenciam como o neoliberalismo reforça desigualdades históricas. Esse processo na verdade é a revelação de que o Estado, sob a lógica dos mercados e do neoliberalismo, só sobrevive com mulheres absorvendo todo o trabalho de reprodução da vida, com jornadas exaustivas que nos fere cotidianamente. Portanto, existe uma incompatibilidade entre essa racionalidade e a garantia de direitos, mostrando que, quando o Estado se enfraquece, a reprodução da vida recai quase exclusivamente sobre as mulheres. Essa crise se expressa de maneira ainda mais aguda nos territórios rurais, onde a ausência do Estado aprofunda a sobrecarga das mulheres do campo, das águas e das florestas, responsáveis pela produção de alimentos, pelo cuidado com as famílias e pela reprodução da vida em contextos de precariedade de serviços públicos. Ainda, é preciso ressaltar a forte expressão desta crise nos territórios periféricos das grandes cidades, atingindo sobretudo as mulheres negras.

No plano internacional, os conflitos armados somados às disputas geopolíticas aprofundam esse cenário. Em contextos de guerra, militarização e ocupação, são as mulheres, assim como as crianças, as principais vítimas da violência, do deslocamento forçado, da fome e da negação de direitos, tendo como destaque a violência sexual e a fome como armas de guerra. A agressão avassaladora e permanente ao Povo Palestino expressa de forma extrema essa lógica, como um laboratório para uma nova ordem política que redesenha o neocolonialismo, o neoliberalismo a partir de formas cruéis sustentadas pela naturalização do Genocídio pelas mídias e redes sociais, nos exigindo um posicionamento a partir de uma perspectiva internacionalista, feminista, comprometida com a paz, a soberania e autodeterminação dos povos e os direitos humanos.

Outra expressão do avanço da lógica da força militar no cenário internacional foi o ataque dos Estados Unidos contra a República Bolivariana da Venezuela, ocorrido na manhã de 3 de janeiro de 2026, bem como o conjunto das agressões que o governo Trump vem praticando há várias semanas contra a soberania venezuelana. As ações de Trump em território venezuelano constituem uma absoluta ilegalidade à luz da legislação internacional e inclusive à luz da

legislação dos Estados Unidos. Utilizando inicialmente a já ultrapassada narrativa da “Guerra às Drogas” que historicamente é utilizada contra os países da América Latina, como falso argumento para a criminalização, genocídio e encarceramento em massa de populações periféricas e racializadas.

Embora o ataque também esteja relacionado com as dificuldades internas do governo americano, seu motivo de fundo é a tentativa de submeter a América Latina e Caribe abrindo caminho para a apropriação dos nossos recursos, inclusive petróleo, minerais estratégicos e “terras raras” pelo EUA e setores financeiros internacionais aliados os a seu serviço. Por este motivo, todos os governos de esquerda e progressistas devem permanecer atentos, tendo como perspectiva a construção de uma saída coletiva que fortaleça o sul global, suas soberanias e direitos. Enquanto houver imperialismo, não haverá paz, soberania, democracia e desenvolvimento sustentável, social e econômico.

A esse cenário soma-se o papel crescente das big techs, da uberização, e das plataformas digitais na disputa política contemporânea. A ausência de regulação democrática desses espaços tem favorecido a disseminação de desinformação, misoginia, fomentando discursos de ódio, atingindo o conjunto das mulheres de forma particular as mulheres que ocupam espaços públicos, institucionais e de liderança. Através dos algoritmos controlados pelas empresas multinacionais, as redes digitais tornaram-se instrumentos de intimidação, silenciamento e ataque às mulheres, comprometendo a cidadania das mulheres e sua participação política, sendo um elemento de corrosão das democracias em diferentes países.

Desde o processo do Golpe - para derrubar a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, Dilma Rousseff - a extrema direita e setores conservadores atuaram para reduzir conquistas em todas as áreas. Na precarização da vida das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros, retirando direitos e propondo redução dos orçamentos públicos para políticas sociais; precarizando serviços; privatizando bens públicos. De maneira direta, cresceram os ataques ao direito ao aborto legal das mulheres, o impedimento desse direitos até mesmo para meninas vítimas de estupro. A investida contra a autonomia das mulheres abriu espaço para os altos índices de violência contra as mulheres, a violência nas redes e as tentativas de reafirmar a ideia de que as mulheres pertencem ao lar e não ao espaço público. O conservadorismo e o patriarcado nos atacam, reformulam suas práticas disputando até a fé das pessoas para construção da subalternização feminina. Essa conjuntura exige que sejamos ainda mais ativas,

organizadas na luta pela participação política e para que nossas vozes sejam reconhecidas em sua diversidade.

A derrota eleitoral da extrema direita e a eleição do presidente Lula em 2022 abriram uma etapa decisiva de reconstrução democrática, recolocando no centro do debate público a defesa da democracia, da soberania nacional e da justiça social. Os desafios perante a crise tomam uma nova forma: por um lado, recuperar direitos perdidos durante o período de retrocessos, contudo, por outro lado, lutar por avanços que ainda não foram conquistados, mas são essenciais para promover igualdade, garantindo a vida digna para todas as mulheres.

Nesse contexto, as mulheres que estão em cumprimento de mandatos parlamentares pelo Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras têm exercido um papel importante. Ainda que minoritárias nas bancadas petistas do Congresso, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, sustentam agendas especialmente vinculadas à mudança dos modelos patriarcais de dominação e opressão, à denúncia da falta de cuidados, de políticas sociais, de proteção das mulheres, fortalecimento dos setores mais excluídos e vulnerabilizados. Ao mesmo tempo, são vozes das mais potentes, enfrentando a violência política de gênero e de raça e a misoginia em todas as suas facetas, que tentam silenciá-las e puni-las por romperem com padrões normativos de gênero.

Diante desse cenário, reafirmamos que a relação entre democracia e mulheres é indissociável. Não há democracia plena enquanto as mulheres não poderem viver sem violência, com autonomia econômica, participação e representação política efetiva e igualdade de direitos. Ao responder ao novo ciclo de reconstrução democrática, as mulheres do PT assumem o compromisso de nos organizarmos para o enfrentamento da crise democrática, fortalecer o Estado, aprofundar o projeto democrático-popular, com a vida e o bem viver das mulheres no centro da agenda política.

Nesse contexto, as eleições de 2026 assumem caráter estratégico para o futuro da democracia brasileira, da soberania nacional e da consolidação de um projeto de país comprometido com a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora — especialmente das mulheres. A reeleição do presidente Lula representa o aprofundamento de mudanças estruturais fundamentais para o desenvolvimento social, a redução das desigualdades e o fortalecimento do Estado democrático de direito.

Ao lado de Lula, é indispensável garantir a ampliação de bancadas feministas comprometidas com as lutas históricas das mulheres e com uma agenda política voltada à consolidação, defesa e ampliação de direitos. O ano 2026 deve marcar o crescimento significativo da representação da diversidade das Mulheres do PT no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, fortalecendo um projeto democrático, popular e feminista para o Brasil.

### **3. O PT, O GOVERNO FEDERAL E A DISPUTA POLÍTICA PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES**

Diante da crise democrática e de seus impactos sobre a vida das mulheres, o Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores assume uma responsabilidade histórica no atual período. Governar o Brasil após anos de retrocessos autoritários implica não apenas reconstruir instituições, mas disputar os rumos do Estado, das políticas públicas e do orçamento, em um cenário marcado por fortes limites institucionais e por uma correlação de forças ainda adversa.

A eleição do presidente Lula inaugurou um novo ciclo político, recolocando o Estado como instrumento fundamental para a garantia de direitos e para a redução das desigualdades. Nesse contexto, a recriação do Ministério das Mulheres representa uma conquista política central, ao restabelecer um espaço institucional estratégico para a formulação, coordenação e incidência das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. Trata-se de uma inflexão concreta em relação ao período anterior de desmonte e invisibilização das políticas para as mulheres.

Essa reconstrução democrática, no entanto, ocorre em um terreno de disputas permanentes. A herança neoliberal, as restrições orçamentárias não superadas, a resistência de setores conservadores no Congresso Nacional e a permanência de valores patriarcais nas instituições impõem limites reais à implementação das políticas públicas. A captura do orçamento pelo congresso nacional através de emendas impositivas do orçamento secreto e a consequente retirada dos recursos para a construção de políticas públicas, inviabiliza o orçamento e reproduz práticas clientelistas. Reconhecer esses limites é parte de uma postura política responsável, que não confunde compromisso com o governo com acomodação ou silenciamento das pautas feministas.

Essa formulação se reflete no compromisso político firmado pelo Presidente Lula: de que não há democracia sem as mulheres e sem o enfrentamento aos feminicídios, posição essa que deve orientar a ação governamental e a atuação partidária.

Exige transformação em políticas públicas efetivas e articuladas em sistemas, fortalecimento institucional, disputa orçamentária e transversalidade da perspectiva de gênero no conjunto da ação do Estado.

É urgente fortalecer e disputar as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, na consolidação da política nacional de cuidados, na ampliação da autonomia econômica feminina e na garantia da participação política das mulheres nos espaços de decisão. Essa política deve considerar as diversidades, as desigualdades, incluindo as territoriais, alcançando de forma efetiva as mulheres do campo, da cidade, das águas e das florestas, enfrentando barreiras de acesso a serviços públicos, crédito, assistência técnica, proteção social. A igualdade não se produz de forma automática, mas por meio de escolhas políticas concretas, realizadas em um campo permanente de conflitos e negociações.

A reafirmação desse compromisso pelos movimentos sociais, coletivos e organizações de mulheres, seguiram realizando manifestações populares a partir das mobilizações organizadas através da Marcha das Mulheres Negras; a Marcha das Margaridas; a mobilização “Criança não é Mãe”; as jornadas contra violência e feminicídio. Tais agendas de luta representam respostas concretas do movimento feminista frente as ofensivas conservadoras.

É a partir da incidência política das mulheres do PT que se torna possível ampliar direitos, enfrentar a crise democrática e afirmar que a reconstrução do Estado deve ter como horizonte a consolidação da política pública de cuidados como direito de todas as pessoas, a construção de respostas eficientes sobre todas as formas de violências contra as mulheres, justiça social, a igualdade de gênero e o bem viver das mulheres, com participação e democracia.

#### **4. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES, FINANCIAMENTO DEMOCRÁTICO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Desde 2018, a luta das mulheres petistas pelo financiamento público, pelas ações afirmativas expressas nas cotas de gênero e pela destinação de recursos públicos às candidaturas femininas e negras ampliou a presença das mulheres na representação política e

fortaleceu a estratégia eleitoral do Partido, resultando no crescimento das bancadas femininas em todos os níveis. Em 2022, a bancada feminina do PT na Câmara dos Deputados cresceu 80%, passando de 10 para 18 deputadas, enquanto nas Assembleias Legislativas o número de eleitas aumentou de 21 para 34. No âmbito municipal, a representação feminina nas Câmaras Municipais também avançou, passando de 512 vereadoras eleitas em 2020 para 774 em 2024.

Apesar dessas conquistas, a sub-representação das mulheres, especialmente das trabalhadoras, negras, periféricas e LBTQIA+, permanece como reflexo das desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Para romper com a sub-representação é necessário a conquista de avanços na legislação eleitoral que garantam reserva de vagas de no mínimo 50% de mulheres nos parlamentos. Nesse sentido, é fundamental aprofundar a democratização do acesso aos recursos partidários e eleitorais, com autonomia das mulheres do PT na gestão de seus Fundos, bem como fortalecer o enfrentamento à violência política de gênero, como condição para a construção de uma democracia substantiva interna e na sociedade.

Seremos implacáveis no acompanhamento da aplicação dos recursos do fundo eleitoral destinados às candidaturas femininas, não podemos permanecer sem incidir de maneira mais central sobre a definição da aplicação dos recursos, que deve ser deliberado e executado pelas instâncias das mulheres do PT, sendo aplicados em nossos processos formativos, organizativos e na estruturação das nossas candidaturas, com critérios proporcionais e transparentes, combatendo a drenagem desses recursos para candidatos homens por meio de candidaturas majoritárias em detrimento das proporcionais ou de candidaturas de mulheres a vices.

A Secretaria Nacional de Mulheres do Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores deve exercer papel ativo e permanente no acompanhamento, acolhimento e defesa das parlamentares vítimas de violência política de gênero. Essa violência é uma expressão das estruturas patriarcais e antidemocráticas que buscam silenciar e deslegitimar a atuação política das mulheres. Assim, é necessário articular mecanismos de escuta qualificada, orientação política, suporte e assistência jurídica, incidência institucional e solidariedade partidária. Garantindo dessa forma, respostas rápidas e coletivas diante de episódios de violência, bem como a articulação com as instâncias partidárias, Bancadas e movimentos sociais. Esse acompanhamento deve ter caráter preventivo, formativo e reparador, reafirmando o compromisso do Partido com a proteção de suas parlamentares e com a construção de um ambiente político livre de violência.

Afirmamos que o fortalecimento da participação política das mulheres é elemento estratégico para a transformação social e para a construção do nosso projeto de partido e de uma

sociedade, enraizado na classe trabalhadora, comprometido com a superação das opressões de gênero, raça e classe no nosso País.

## **5. DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PT FEMINISTA**

A construção de um Partido dos Trabalhadores efetivamente feminista é um desafio político permanente, que se insere no próprio processo de fortalecimento da democracia interna e de atualização do projeto democrático-popular. Esse desafio não se limita à ampliação numérica da presença das mulheres nos espaços partidários, mas envolve a transformação das práticas, das relações políticas e da cultura organizativa do partido.

As desigualdades de gênero que estruturam a sociedade brasileira também se refletem na vida partidária, expressando-se em obstáculos à plena participação política das mulheres. Esses obstáculos afetam de forma diferenciada mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, do campo e da cidade, mulheres LGBTQIA+, com deficiência, jovens, idosas, mães e trabalhadoras, evidenciando a necessidade de uma abordagem feminista interseccional na construção partidária.

Nesse sentido, afirmar o feminismo como eixo estruturante do Partido dos Trabalhadores significa compreender que a luta pela igualdade de gênero não é uma pauta secundária, mas parte constitutiva do projeto político do partido. Um PT feminista é aquele capaz de incorporar a perspectiva das mulheres em sua diversidade na formulação programática, nas decisões políticas e na organização da ação partidária em todos os níveis.

A ampliação da participação das mulheres nos espaços de decisão é elemento central desse processo. A paridade de gênero deve ser compreendida como princípio democrático mínimo e jamais como limitação à presença e ao protagonismo das mulheres. Desse modo, é necessário que o PT efetive e qualifique a paridade nos espaços de direção, garantindo que as mulheres possam ocupar, em número e em poder político real, os espaços de direção, formulação e representação é condição para aprofundar a democracia interna e fortalecer o partido. Reafirmamos, 50% é o mínimo.

A transformação da cultura partidária passa, necessariamente, por um investimento permanente em formação política feminista. A educação política é instrumento fundamental para o enfrentamento ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia e a outras formas de discriminação, contribuindo para a construção de práticas políticas mais igualitárias, solidárias e coerentes com

os valores históricos do partido. Ao mesmo tempo, a formação política fortalece a militância, qualifica a atuação das mulheres e contribui para a construção de novas lideranças.

Outro desafio central para a construção de um PT feminista é o enfrentamento da violência política de gênero, compreendida como expressão das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade e o sistema político. Essa é uma realidade vivida cotidianamente pelas mulheres no exercício de funções políticas, nos parlamentos, gestões e também no partido. Mais do que reconhecer essa realidade, o partido deve assumir a responsabilidade de construir mecanismos efetivos de apoio, acolhimento e proteção às mulheres militantes, dirigentes e parlamentares, criando ambientes seguros e solidários para o exercício da atividade política.

Políticas permanentes de acolhimento às mulheres do partido são fundamentais nesse processo. O cuidado, a solidariedade e o apoio institucional não são dimensões secundárias da vida partidária, mas condições para a participação política plena das mulheres e para o fortalecimento da organização coletiva.

Por fim, a construção de um PT feminista exige maior integração entre as instâncias partidárias, garantindo que a pauta das mulheres em sua diversidade seja incorporada de forma transversal nas direções, setoriais, mandatos e núcleos de base. Essa integração é condição para transformar compromissos políticos em prática cotidiana, fortalecer a unidade partidária e afirmar o feminismo como parte indissociável do projeto socialista e democrático-popular do Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores.

## **6. COMPROMISSOS POLÍTICOS E HORIZONTES ESTRATÉGICOS**

As mulheres do Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, unificadas, reafirmam seu compromisso com a defesa da democracia, com a garantia dos direitos das mulheres em sua diversidade e com a construção de um projeto de sociedade baseado na igualdade, na solidariedade, na justiça social e no horizonte do socialismo. Assumimos uma perspectiva feminista interseccional, reconhecendo que as desigualdades de gênero se articulam com raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero, território, geração e deficiência, atingindo de forma diferenciada mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, do campo e da cidade, mulheres LGBTQIA+, com deficiência, jovens, idosas, mães e trabalhadoras.

Assumimos os seguintes compromissos políticos:

1. **O socialismo democrático como horizonte histórico e político da luta das mulheres do PT**, afirmando um projeto de sociedade que enfrente o patriarcado, o racismo e as desigualdades de classe, com igualdade, emancipação e bem viver para todas.
2. **A democracia como valor essencial à vida das mulheres**, garantindo a participação, o protagonismo, a representação, o compartilhamento dos espaços de poder, os direitos e as políticas públicas.
3. **Fortalecer o papel do Estado** na promoção e na garantia da vida e dos direitos das mulheres, construindo políticas públicas de enfrentamento à cultura patriarcal, à misoginia e a lógica neoliberal que atingem desproporcionalmente as mulheres em sua diversidade.
4. **Defender um modelo econômico socialmente justo e sustentável**, colocando a vida no centro da política, superando todas as formas de superexploração do trabalho e as desigualdades de gênero, lutando pelo fim da escala 6x1, reafirmando nosso compromisso com a reforma agrária e por condições dignas de trabalho no campo e na cidade.
5. **Lutar pela efetivação da Política Nacional de Cuidados**, que busca corresponsabilizar o Estado pela garantia do direito ao cuidado, contribuindo assim para a redução da sobrecarga de trabalho das mulheres.
6. **Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres** nos âmbitos público e privado, nas cidades, no campo, nas florestas e nas águas, destacando o femicídio e a violência política de gênero, com atenção especial às mulheres em contextos rurais e em situações de conflitos territoriais.
7. **Sustentar o nosso projeto** frente às ameaças da extrema direita, atuando para que a reconstrução democrática se traduza em políticas públicas estruturantes que garantam direitos e melhorem concretamente a vida do povo brasileiro.
8. **Lutar para o fortalecimento do Ministério das Mulheres** como órgão responsável pela elaboração, acompanhamento e execução das políticas governamentais e articulação de ações transversais para a construção de um país que melhore a vida para todas as mulheres.
9. **Consolidar a Secretaria de Mulheres do PT como instrumento estratégico**, responsável por articular a pauta das mulheres, promover formação política feminista interseccional, apoiar mulheres militantes e dirigentes e incidir na formulação programática em âmbito nacional, estadual e municipal, promovendo a intergração entre as instâncias partidárias.
10. **Investir de forma permanente em formação política feminista interseccional**, como eixo central para a transformação da cultura partidária e o enfrentamento ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia e a todas as formas de discriminação.

11. **Ampliar a participação das mulheres nos espaços de decisão do partido**, afirmando e qualificando a paridade como princípio democrático mínimo e jamais como limitação, garantindo o protagonismo das mulheres em toda a sua diversidade nos espaços de direção, formulação e representação política.
12. **Assegurar que a definição e a aplicação efetiva dos recursos do fundo partidário e do fundo eleitoral destinados às mulheres** seja da alçada da Secretaria das Mulheres do PT, em todos os níveis. Os Fundos são instrumentos estratégicos para ampliar a participação das mulheres na política, viabilizar o acesso das mulheres aos cargos eletivos, fortalecer candidaturas, formar novas lideranças e reduzir as desigualdades que historicamente limitam a presença das mulheres nos espaços de poder.
13. **Articular partido, governo e movimentos sociais de mulheres**, fortalecendo o diálogo com organizações feministas, negras, populares, territoriais e LGBTQIA+ para ampliar direitos e políticas públicas.